

**EDcl no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.291.960 - SP
(2018/0111119-9)**

RELATOR : MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
EMBARGANTE : USINA SANTO ANTONIO S/A
ADVOGADOS : HAMILTON DIAS DE SOUZA - SP020309
LUIS HENRIQUE DA COSTA PIRES - SP154280
ANA CLAUDIA LORENZETTI LEME DE SOUZA COELHO
E OUTRO(S) - SP182364
OUTRO NOME : BIOENERGIA COGERADORA S/A
EMBARGADO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : MILTON DEL TRONO GROSCHE E OUTRO(S) - SP108965

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. AGRADO INTERNO IMPROVIDO. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO. INEXISTENTE. CORREÇÃO DE ERRO MATERIAL.

I - Trata-se de embargos de declaração opostos contra acórdão que desproveu agravo interno. Relativamente à existência de alegação de violação de dispositivos constitucionais na petição de recurso especial, sustenta a parte embargante a inocorrência de tal circunstância

II - De fato o acórdão embargado contém trecho da fundamentação que não se aplica ao caso dos autos, razão pela qual devem ser acolhidos os embargos, neste ponto, para decotar do acórdão a fundamentação relacionada à existência de alegação de dispositivos constitucionais na petição de recurso especial.

III - Quanto às alegações relativas ao preenchimento dos pressupostos para o conhecimento do recurso especial, não há razões para acolher os embargos de declaração, porquanto o acórdão é claro quanto às razões para não conhecimento do recurso.

IV - Os aclaratórios somente são cabíveis para a modificação do julgado que se apresentar omissos, contraditórios ou obscuros, bem como para sanar possível erro material existente na decisão, o que não aconteceu no caso dos autos.

V - Embargos de declaração não se prestam ao reexame de questões já analisadas, com o nítido intuito de promover efeitos modificativos ao recurso, quando a decisão apreciou as teses relevantes para o deslinde do caso e fundamentou sua conclusão.

VI - Embargos de declaração parcialmente acolhidos para correção de erro material, sem efeitos modificativos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, acolheu em parte os embargos de declaração, sem efeitos modificativos, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros Herman Benjamin, Og Fernandes, Mauro Campbell Marques e Assusete Magalhães votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 13 de dezembro de 2018(Data do Julgamento)

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO

Relator

